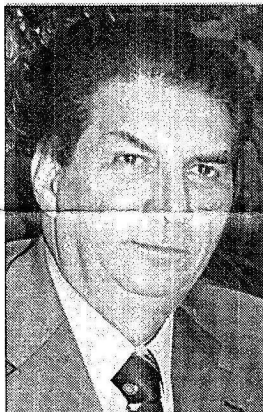


A razão do processo



ORIGEM DO CASO

No fim de março de 2000, o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) iniciam um embate que se prolonga por mais de um ano. A princípio uma disputa pelo saldo político do aumento do salário mínimo, a briga — repleta de bate-bocas em plenário e de acusações mútuas de irregularidades — chega a 2001 com ACM tentando evitar, inutilmente, que Jader o suceda na presidência do Senado. Seis meses antes, em junho de 2000, Antonio Carlos jogara todo o seu peso político na cassação do então senador Luiz Estevão, do partido de Jader. Foi justamente na votação secreta da cassação do mandato do peemedebista que o painel eletrônico do Senado foi violado



Jader Barbalho



Luiz Estevão



REVELAÇÃO DA FRAUDE

Em fevereiro deste ano, poucos dias após a eleição de Jader à presidência do Senado, ACM reforça as denúncias contra o inimigo político a três procuradores da República. Na conversa — gravada e divulgada por um dos procuradores —, o senador baiano revela que tem a lista de quem votou contra e a favor da cassação de Luiz Estevão



CONFISSÃO DE ARRUDA

O senador volta atrás e acaba confessando, do plenário do Senado, que teve acesso à lista e que a entregou a Antonio Carlos Magalhães. O ex-presidente do Senado diz que seu colega falou "algumas verdades e outras mentiras"



PAINEL LACRADO

Ainda em fevereiro, presidente do Senado, Jader Barbalho, ordena que o painel seja lacrado e que se inicie uma investigação sobre a violação. Em março, um perito degrava a fita da conversa de ACM com os procuradores e conclui que, de fato, o senador dissera ter a lista. Outra perícia, esta da Unicamp, constata a princípio que o painel é vulnerável e, já em abril, que fora de fato violado



NOVOS DEPOIMENTOS

ACM e Arruda depõem no Conselho de Ética. O primeiro admite ter recebido a lista mas garante que nunca a encomendou. O segundo reafirma a versão dada no plenário, insistindo que nunca encomendara a lista e que ficara surpreso ao recebê-la. Reconhece no entanto que havia conversado com Regina sobre a segurança do painel



DENÚNCIA

No primeiro dia de março, parlamentares petistas pedem ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado que apure as denúncias de violação do painel



DEPOIMENTO

Em 17 de abril é divulgado o depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Borges à comissão de sindicância do Senado. Ela confessa ter violado o painel, com a ajuda de subordinados, e diz que fez o serviço a pedido do senador José Roberto Arruda. Segundo Regina, Arruda disse que a determinação partira de ACM. Regina repete este depoimento ao Conselho de Ética dois dias depois



MENTIRAS

Tanto Arruda quanto Antonio Carlos Magalhães negam repetidas vezes qualquer participação na manobra. "Não estive em casa com a doutora Regina nem antes nem depois para fazer aquela proposta indecorosa", diz Arruda. "Nunca pedi nada ao senador José Roberto Arruda ou à ex-diretora do Prodasen", completa ACM



ACAREAÇÃO

Regina Borges, ACM e Arruda passam por acareação no Conselho de Ética. Os três mantêm suas versões e as contradições ficam evidentes



RELATÓRIO

O relator do caso no conselho, Saturnino Braga (PSB-RJ), pede a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar, recomendando a cassação dos dois parlamentares



VOTAÇÃO

O parecer do relator é aprovado (na quarta-feira) por 10 votos a 5 e segue para a Mesa do Senado



RENÚNCIA

José Roberto Arruda renuncia (quinta-feira) ao seu mandato do plenário do Senado



ACM

A renúncia do senador baiano deve ocorrer na quarta-feira